

APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ: HISTÓRIA, PRODUÇÃO INTELECTUAL E CULTURA MATERIAL

A IV Edição da Revista Eletrônica História em Reflexão apresenta o Dossiê **História, Produção Intelectual e Cultura Material**. Trata-se de uma homenagem a VI Semana de História “História, Memória e Produção Intelectual”, realizada entre os dias 27 a 30 de novembro de 2007, na Universidade Federal da Grande Dourados, sob a coordenação de discentes do Programa de Mestrado em História.

O Evento contou com a participação de pesquisadores de várias instituições de MS e Estados vizinhos, além dos professores ligados ao Ensino Básico. A VI Semana de História teve, entre outros objetivos, o debate das dificuldades encontradas na divulgação das pesquisas e estudos realizados no âmbito das Ciências Humanas e as relações entre os órgãos de fomento e as instituições de pesquisa.

Além disso, o Evento visou proporcionar espaço aos graduandos, pós-graduandos e docentes da UFGD para a apresentação/divulgação de pesquisas e estudos em andamento e concluídas, tendo em vista debater as dificuldades encontradas na realização e/ou divulgação dos conhecimentos. *Quando se fala em produção de conhecimento, quase sempre se refere à construção de saberes registrada sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Se isto só não bastasse, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos ordena em pesquisadores melhores e piores, medíocres e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a nos olhar com a discriminação que tais classificações acabam por engendrar. Separamo-nos assim, arrogantemente, uns dos outros, dentro do castelo que habitamos* (Regina Maria de Souza, 2008, anped.org.br).

Diante dos dilemas e angústias que perpassam o cotidiano dos “produtores de conhecimento”, da difícil tarefa de encontrar palavras adequadas para dar forma aos conhecimentos, a IV Edição da Revista Eletrônica História em Reflexão, mais do que oportunizar o espaço para a divulgação dos trabalhos, ora apresentados, objetiva contribuir para tornar menos frio e solitário a construção e divulgação dos saberes e, a partir de uma perspectiva de “cumplicidade científica” diminuir o “sinônimo” de *pessoas produtos* que de forma silenciosa e quase imperceptível espreita o dia-a-dia dos construtores de conhecimento.

O primeiro artigo, intitulado “*Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922)*”, de autoria da professora Dr^a Giselle Martins Venâncio salienta que hoje é praticamente consensual a idéia de que é a prática de tombamento e preservação de bens culturais o que permite a construção da identidade nacional. Assim sendo, o presente texto busca investigar formas plásticas - particularmente a chamada arte do barroco mineiro, as pinturas históricas do século XIX e o modernismo – que, preservados em museus, tombados em seus locais de origem ou reproduzidos em livros e/ou obras didáticas, contribuíram para plasmar imagens de uma memória nacional e para a consolidação da idéia de nação no Brasil.

O autor Pablo Barbosa, em seu texto “*Saberes antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974*”, relata que a institucionalização do Estado Novo Português, em 1933, possibilitou, por um lado, que as técnicas etnográficas fossem reapropriadas pelos funcionários coloniais e, por outro, que o saber etnológico, como instrumento político, colaborasse na gestão das populações indígenas. Partindo de uma reflexão sobre a obra antropológica de Jorge Dias, procura analisar, em primeiro lugar, as convergências entre racionalidade científica e racionalidade administrativa dentro de um contexto colonial e em

segundo lugar, estudar de que forma o saber antropológico conhece um duplo movimento de instrumentação e de legitimação dentro do universo político português entre 1933 e 1974.

No texto *“As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os Farroupilhas e os Governos Platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha”* Jéferson Mendes destaca que durante a guerra contra os farroupilhas, o general e presidente da província do Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Lima e Silva, o barão de Caixas, manteve intensa atividade diplomática, militar e administrativa. Assim, discute a correspondência e atividades diplomáticas de Caxias com lideranças do Prata, dos rebeldes e do governo imperial. As fontes que trabalha, se encontram no acervo do Núcleo de Documentação Histórica (NDH), do PPGH-UPF. Nelas ficam demonstradas as estratégias e táticas do barão para vencer os farroupilhas, os procedimentos para neutralizar o apoio externo aos rebeldes e as alianças com líderes platinos.

Amanda Pinheiro Mancuso, em *“A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural”* propõe um exercício de reflexão teórica sobre o papel da história militar e as críticas que lhe são frequentemente dirigidas, articulando essas questões com as reflexões sobre a construção histórica empreendida pela História Cultural, de forma a mostrar que as fraquezas e vulnerabilidades que atingem a produção histórica militar são as mesmas a que está sujeita de maneira geral toda produção historiográfica. O objetivo da autora, não é redimir a história militar e sua produção oficial pelo caráter ideológico comumente incutido nessas produções, mas sim, tornar o leitor atento a essas características que são marcantes nas construções históricas oficiais em função do papel institucional que exercem, de forma a ultrapassar barreiras culturais que se colocam diante dos historiadores e que acabam reproduzindo visões essencializadas sobre “os militares” como categoria de análise.

Em *“A religiosidade na dança: entre o sagrado e o profano”*, Solange Pimentel Caldeira apresenta um breve histórico da presença da Dança no contexto do sagrado nas antigas civilizações até seu banimento da liturgia oficial da Igreja Católica. Enfoca a tradição dançante mantida nos guetos e a preservação, pela cultura popular, de algumas festas para Santos da Igreja Católica, que chegam ao Brasil vinculadas à questão da tradição herdada do processo de formação da sociedade brasileira, com suas variadas influências e contribuições, como as Festas Juninas, para São Pedro, Santo Antônio e São João, sempre com música e dança e a Festa-Dança de São Gonçalo, que acontece e se perpetua no espaço social e geográfico mineiro, como vivência religiosa-profana.

A professora Fabiane Tamara Rossi, no seu artigo intitulado *“Aula de História com Zeca Baleiro: uso da música-canção como recurso didático no Ensino Médio”* problematiza a música-canção como elemento utilitário ao Ensino e, mais especificamente, a obra musical de Zeca Baleiro enquanto provedora de temáticas para o ofício do professor de História do Ensino Médio. Para isso faz uso da obra do cantor (de 1997 a 2004), além de reportagens veiculadas na imprensa. Para correlacionar a música e o ensino embasou a pesquisa nos PCNs e Currículo Básico do Distrito Federal. Inicialmente discute a utilização da música enquanto recurso didático em sala de aula. Em seguida, problematiza o universo de referências de Zeca Baleiro, trazendo sugestões para a utilização de suas canções no ensino de História do Ensino Médio.

No texto *“Dos Excessos Tropicais à Moderação dos Costumes: um debate sobre a idéia de processo civilizador na obra de Gilberto Freire”*, Vanderlei Sebastião de Souza a partir da leitura das obras *Casa-grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, ambas publicadas por Gilberto Freyre na década de 1930, o objetiva discutir o modo como a idéia de processo civilizador, conforme o sentido desenvolvido por Norbert Elias, pode ser apreendida na interpretação que Gilberto Freyre lança em relação à sociedade e à cultura brasileira.

O artigo *“Historiografia e História Cultural: representações de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”*, da autora Ítala Byanca Morais da Silva, atenta para o fato de que Capistrano de Abreu, como muitos dos intelectuais que lhe foram contemporâneos, foi

objeto de práticas deliberadas de construção da memória, sendo a criação da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969) a materialização das aspirações dos “discípulos”, amigos e pares de Capistrano de Abreu em torná-lo um personagem memorável para a história da inteligência brasileira. Esta instituição passou por vários momentos representativos da produção historiográfica nacional, e em seus últimos anos de atividade foi dirigida pelo historiador José Honório Rodrigues. Dessa forma, objetiva discutir as representações construídas sobre Capistrano de Abreu por esta sociedade.

Em “*Sebastianópolis, ou o Rio de Janeiro em vários tons*” Stela de Castro Bichuette terá como foco de estudo a cidade do Rio de Janeiro, muitas vezes chamada de Sebastianópolis por Adelino Magalhães, o qual se desenvolverá tomando como ponto de partida a visão caleidoscópica que o autor tinha da então capital federal. Os contos de Adelino Magalhães trazem para o período do começo do século XX uma literatura de cunho mais social, buscando revelar uma cidade diferente da dos ideais republicanos de higienização, de ordem e de progresso, ou seja, de um modelo de Brasil moderno que a elite política pretendia naquele início de século.

O artigo “*O Ciclo Produtivo de Hortelã no Oeste do Paraná: outras memórias*”, do autor Gilson Backes, apresenta uma investigação em curso sobre experiências vividas por trabalhadores do ciclo produtivo de hortelã, migrados para o Oeste do Paraná durante as décadas de 1960 e 1970. Tal caminho demarca novos olhares sobre este espaço, valorizando as dinâmicas sócio-culturais processualizadas durante o período, a exemplo do aumento de alunos nas escolas. Este ponto de vista contribui no sentido de pensar e interagir com outras memórias produzidas e/ou que permanecem reelaboradas neste cotidiano, não obstante a insistência de silêncios. As narrativas orais são problematizadas na perspectiva de diálogo, aponta outras interpretações para uma compreensão mais ampliada deste espaço, por sua vez constituído por múltiplas relações, conflitos e temporalidades.

Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho, em seu texto “*O imperialismo e a representação do Congo em Tintim na África*”, discorre acerca do imperialismo em seus contextos histórico, econômico e social, e o impacto dessa política nos países do continente africano. O estudo recai sobre o Congo Belga, e a partir daí será abordada a representação do país em questão na história em quadrinhos *Tintim na África*. É apresentado, antes e sumariamente, a biografia do autor da obra, o belga Hergé, e o contexto histórico no qual ele se inseria. Na perspectiva do período tratado pela obra, a década de 30 do século XX, levou em consideração os seguintes aspectos: a supremacia do homem branco, os embates entre o colonizador e os colonizados, as missões cristãs “civilizadoras” e a exploração no Congo Belga.

No texto “*Representações Femininas na Aristocracia da Florença do Quattrocento*”, a autora María Verónica Pérez Fallabrino, tem como objetivo analisar as representações femininas segundo como eram concebidas nos ambientes da alta aristocracia da Florença do século XV. A partir da estreita relação entre História e Literatura, o estudo apoiou-se em obras literárias produzidas por teóricos da época, resgatando através delas o ideal feminino exaltado e reproduzido entre os membros da elite florentina.

O professor Dr. José Adilçom Campigoto em seu artigo “*O Código da Vinci e a produção da história na perspectiva hermenêutica*”, discute sobre os métodos da hermenêutica e a proposta da interpretação filosófica de Hans-Georg Gadamer para historiadores a partir dos personagens da trama *O Código da Vinci*, de Dan Brown. Tenta-se descrever e classificar os modos de interpretação utilizados pelas figuras dramáticas diante da resolução de um acontecimento enigmático: o assassinato do curador do museu do Louvre, Jacques Saunière. A metodologia interpretativa utilizada pelo policial Bezu Fache é comparada aos procedimentos dos personagens historiadores, Langdon e Sir Leigh. A atitude interpretativa adotada pela protagonista Sophie compara-se à proposta da hermenêutica filosófica. Um contraponto aos métodos: contextual, psicológico e filológico.

Em *“Plutarco e a tradição cultural grega no império”*, a autora Maria Aparecida de Oliveira Silva ressalta que a permanência das práticas culturais gregas em plena época romana desperta o interesse dos estudiosos da Antigüidade, em especial daqueles que procuram compreender a natureza da Segunda Sofística. A despeito das dominações militar e econômica impostas aos gregos pelos romanos, esse movimento literário espelha o vigor e a excelência da tradição cultural grega, manifestada em sua literatura, capaz de superar tais barreiras. Por esse motivo, vários estudiosos atribuem à Segunda Sofística um caráter ideológico, no qual os autores gregos desse período escreveriam somente para a divulgação e a manutenção da política imperial. Assim, o artigo discorre sobre o quanto essa análise torna-se insuficiente no caso de Plutarco, uma vez que o intuito desse autor é demonstrar a contribuição grega na formação do Império.

No artigo intitulado *“Cenas do Recôncavo: a decadência senhorial na literatura de Anna Ribeiro (1843-1930)”*, Marcelo Souza Oliveira objetiva analisar a obra de Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930), em especial as produções da década de 1910. Um cruzamento entre os três contos e os romances produzidos nesse período, sobretudo *Letícia* (1908a), leva o autor a conclusão de que havia uma obsessão da escritora em contar a história da decadência da elite açucareira e escravocrata do Recôncavo baiano, numa perspectiva paternalista. As histórias, as personagens e até mesmo o ambiente que contextualiza as tramas são permeadas por estratégias simbólicas com as quais a autora buscava demonstrar a visão senhorial desse momento histórico.

Astor Weber em seu texto *“Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru: o tratado de paz de 1791”*, pretende mostrar as principais intenções do Governo Colonial português de tornar os indígenas Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru – que se localizavam na Capitania de Mato Grosso – em uma barreira fronteira física, objetivando evitar uma possível invasão espanhola àquela região. O Tratado de Paz elaborado em 1791 entre o Governo Colonial português e os indígenas é a fonte histórica analisada no sentido de tecer as reflexões nessa direção. O conteúdo do Tratado mostra que seu teor interessava aos dois lados, tanto aos índios quanto aos portugueses, pois havia a perda da hegemonia local e a aliança vinha no sentido de restabelecer algumas posições. No entanto, uma questão interessante desse episódio é que os indígenas não tinham como saber realmente o teor dessa aliança que ao passar do tempo se mostrou maléfica ao grupo, ocasionando seu declínio demográfico no século XIX.

O artigo *“Um acervo de Arte Moderna e Contemporânea e a Identidade Institucional”*, do autor Emerson Dionisio G. de Oliveira, procura compreender as narrativas produzidas pelo Museu de Arte de Santa Catarina sobre sua coleção dentro de um quadro mais amplo de difusão da Arte Moderna. Para tanto, constrói uma análise crítica do acervo na relação entre os sujeitos e as instituições, definidos, respectivamente, como doadores e obras doadas ou adquiridas. O museu em questão tornou-se ímpar para essa questão, na medida em que se transformou no mais bem-sucedido empreendimento de ampliação da arte moderna fora dos centros culturais hegemônicos nos anos 40.

No texto *“D. João VI no Rio de Janeiro: preparando o novo cenário”*, a autora Anelise Martinelli Borges Oliveira ressalta que a transmigração de d. João VI e sua corte para o território brasileiro, em 1808, acarretou várias transformações para a sociedade fluminense e para a corte lusitana. A imagem real foi aclamada e adorada por toda a cidade, conseqüência da representação legitimada na figura do príncipe regente. Assim, entende que tendo em vista remodelar o cenário fluminense, o monarca realiza mudanças nos espaços público e privado numa tentativa de enquadrar a cidade aos moldes europeus da época.

Andrey Minin Martin, no artigo *“Terra, Trabalho e Família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais”*, apresenta algumas reflexões a respeito da construção da noção de campesinato ao longo das últimas décadas de pesquisa no campo das ciências humanas, abordando algumas de suas principais interpretações. Sem a preocupação de formular um constructo teórico-metodológico desta noção, no sentido de encerrar seu campo de possibilidades de apreensão das

potencialidades existentes nas práticas dos sujeitos, buscou a partir das contribuições e da produção de alguns teóricos, apresentar questões que entende como norteadoras para o debate sobre o conceito de campesinato e de agricultura familiar.

Em parceria, Ione Aparecida Martins Castilho Pereira e Arno Alvarez Kern, no artigo *“Missões Jesuíticas Coloniais: um estudo dos planos urbanos”* salientam que o objetivo do trabalho está centrado no estudo sobre os planos urbanos das reduções Guarani, Chiquitos e Mojos, apontando semelhanças e diferenças, bem como o contexto em que se configuraram. Para tal, tomam por base os resultados das pesquisas realizadas nas missões Guarani sobre urbanidade, espaço e arqueologia, justamente por serem estudos mais diversificados em relação à temática das missões. Como ponto de partida, utilizaremos as plantas dos *pueblos* de São João Batista (no contexto dos sete povos das missões no Rio Grande do Sul), San José de Chiquitos e Concepción de Moxos (ambas em território Boliviano). Os autores relacionam estas imagens com produções bibliográficas sobre as reduções jesuíticas bolivianas, conhecidas até o presente momento, tendo em vista que este ainda é um assunto pouco conhecido, principalmente, devido à dispersão das fontes sobre as mesmas.

Em seu artigo intitulado *“Apontamentos sobre Civilização e Violência em Norbert Elias”*, a autora Tânia Regina Zimmermann apresenta discussões acerca dos estudos realizados pelo sociólogo Norbert Elias, a partir de alguns conceitos desenvolvidos por este autor. Civilização e violência são temas constantes e atuais para compreensão do movimento da história. Assim sendo, diferentes acepções e usos destes conceitos foram considerados pelo autor. Relacionam-se no artigo autores como Freud, Peter Gay e Alba Zaluar com Elias. Para Elias, o poder é uma característica de todas as relações humanas e está ligado ao grau de dependência entre os indivíduos seja pela força, pela necessidade econômica, de cura, status, carreira ou por excitação. É destas relações, se apoiando em Norbert Elias, que a autora salienta que são construídos os controles civilizacionais e da violência.

Na sessão de “entrevistas”, a Revista tem a satisfação de publicar uma entrevista com o professor e pesquisador brasileiro Robert Wilton Wilcox. O professor Robert nasceu no Canadá e trabalha, desde 1993 em uma universidade dos Estados Unidos: a *Northern Kentucky University*, situada em Highland Heights, Kentucky. É um nome conhecido e respeitado nos meios universitários brasileiros, e especialmente sul-mato-grossenses, por seus trabalhos sobre a história de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. Fechando a IV Edição da Revista, estão as seguintes resenhas: do livro “Michel Foucault: uma história da governamentalidade” do autor Kleber Prado Filho, resenhado por Ana Claudia Ribas; a resenha feita por Diogo da Silva Roiz e André Dione Fonseca do livro “A Redução de nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada”, do autor Neimar Machado de Souza; do livro organizado por Celso Castro, intitulado “Amazônia e Defesa Nacional”, resenhado por Julio César da Silva Lopes; e por fim a resenha do livro “Etno-historias del Iso: Chane y Chiriguanos em el Chaco Boliviano (Siglos XVI a XX)”, resenhado por Roseline Mezacasa.

Desejamos a todos ótimas leituras!

Carlos Barros Gonçalves & Fabiano Coelho (Editores)

Dourados – Primavera de 2008.